

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.117 - SP (2019/0081676-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO E OUTRO(S) -
SP169709A
GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894A
AGRAVADO : JOAO LUIZ BRUNHEROTTO
AGRAVADO : JOSE DE LEMOS CORDEIRO
AGRAVADO : MARCO ANTONIO VICENTE FERREIRA
AGRAVADO : WILSON ROSA DO AMARAL
AGRAVADO : ALMIR ERNESTO DA SILVA
ADVOGADO : JOÃO ROMEU CORRÊA GOFFI - SP123121

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) contra decisão que negou seguimento ao recurso especial sob os seguintes fundamentos: (a) conformidade do acórdão recorrido com o entendimento firmado pelo STJ no julgamento de recurso especial repetitivo (art. 1.030, I, 'b', do CPC/2015), (b) falta de prequestionamento dos arts. 85, 113 e 114 do CPC/2015 (Súmula n. 282/STF), (c) ausência de impugnação aos fundamentos do acórdão recorrido, e (d) inviabilidade de reexame de provas (Súmula n. 7/STJ) (e-STJ fls. 681/682).

Em suas razões (e-STJ fls. 686/702), a agravante reitera as alegações do especial e afirma, de forma genérica, que "que o presente Recurso Especial versa sobre matéria exclusivamente de direito, que se encontra amplamente ventilada nos presentes autos, conforme já se expôs no presente recurso" (e-STJ fl. 701).

Ao final, pugna pelo conhecimento e provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

O agravo que deixa de refutar especificamente os fundamentos da decisão agravada não é passível de conhecimento em virtude de expressa previsão legal (CPC/1973, art. 544, § 4º, I, CPC/2015, art. 932, III) e da aplicação, por analogia, da Súmula n. 182/STJ.

Não foram impugnados os fundamentos relativos à falta de impugnação dos fundamentos do acórdão e de consonância do acórdão recorrido com a orientação consolidada pelo STJ no julgamento do REsp n. 1.177.973/DF, pelo rito dos recursos repetitivos.

Assim, é inafastável a aplicação, por analogia, da Súmula n. 182 desta Corte.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator